



**VACAS SAGRADAS: OS MITOS NOS DISCURSOS DOS MILITANTES
AMBIENTALISTAS**

**SACRED COWS: THE MYTHS IN THE ENVIRONMENTAL MILITANTS'
SPEECHES**

Fábio Angeoletto¹
Natália da Silva Martins²

RESUMO: Neste artigo, analisamos cinco mitos costumeiramente presentes nos discursos de militantes ambientalistas: o mito da tábula rasa, o mito da cidade como antítese da natureza, o mito da educação ambiental como panacéia para a questão ambiental, e o mito da fragilidade da natureza. Procuramos demonstrar que, apesar de corroborarem idéias consensuais e politicamente corretas, esses mitos engendram uma visão simplista da natureza, que em nada contribui para a resolução de nossos dilemas ecológicos.

Palavras-chave: ambientalistas, mitos, ecologia humana, ecologia urbana, educação ambiental

ABSTRACT: In this paper, we analyze five myths usually current in the speeches of environmentalists: the blank slate myth, the myth of cities as the antithesis of nature, the myth of environmental education as a panacea to environmental problems, and the myth of fragility of nature. We have tried to demonstrate that, despite support consensual and politically correct ideas, these myths engender a simplistic view of nature, which does not contribute to solve our ecological dilemmas.

Key-words: environmentalists, myths, human ecology, urban ecology, environmental education

O ecólogo espanhol Juan Pedro Ruiz Sanz cunhou a expressão *vacas sagradas*, referindo-se aos mitos que permeiam discursos e ações de acadêmicos e militantes ambientalistas. *Vacas sagradas* são idéias consensuais politicamente corretas sobre a questão ambiental, mas que, postas em prática, possuem consideravelmente menos efetividade do que alardeia o senso comum.

Refletindo sobre o embate *natureza x cultura*, FOSTER (2000) e PINKER (2004) descrevem o que denominam de mito da *tábula rasa*. De acordo com essa linha de argumentação, somos como páginas em branco ao nascer, e vamos adquirindo

¹ (Doutorando em Ecologia / Universidade Autônoma de Madrid) fabio_angeoletto@yahoo.es

² (Acadêmica do Curso de Graduação em Estatística / Universidade Estadual de Maringá) naty-martins@hotmail.com



comportamentos de acordo com os ambientes que freqüentamos. Essa profissão de fé é habitualmente defendida por profissionais das ciências humanas, sobretudo educadores.

Se somos, de fato, “páginas em branco” que a sociedade preenche com as mais belas poesias ou com sórdidos contos de terror, poderíamos, por exemplo, concluir que quanto mais renda e educação tivessem acesso um grupo de consumidores, menor uso fariam eles de seus carros, dada a maior consciência a respeito da gravidade dos problemas causados pelo uso dessas máquinas.

O geógrafo Paul ROBBINS (2001) e seus colaboradores testaram uma hipótese similar à formulada no parágrafo anterior. Investigando o uso de fertilizantes químicos e pesticidas em gramados de residências da cidade de Columbus, estado de Ohio, EUA, Robbins descobriu que 67,2% dos proprietários com renda anual acima de US\$ 75.000,00 usam fertilizantes químicos, ao passo que apenas 28,6% daqueles cuja renda anual é de US\$ 20.000,00 o fazem. Em relação à escolaridade, 53,3% dos que aplicam fertilizantes químicos possuem nível superior, enquanto que apenas 24,1% possuem apenas o ensino médio ou sequer. 73,3% dos usuários de fertilizantes e pesticidas declararam conhecer que esta prática causa impactos ambientais negativos.

Para equacionar a dimensão ambiental do uso generalizado desses produtos nos gramados norte-americanos, basta afirmar que mais fertilizantes químicos são aplicados anualmente nos gramados dos lares estadunidenses do que a Índia aplica em *todas* as suas plantações de grãos. A área ocupada por gramados nos Estados Unidos foi calculada em 16 milhões de hectares, ultrapassando largamente cultivos de exportação como cevada (5 milhões de hectares), algodão (4,5 milhões) e arroz (1,1 milhão). Aproximadamente 74% dos lares americanos usam fertilizantes e pesticidas em seus gramados. São cerca de 70 milhões de moradias injetando esses produtos na biosfera (ROBBINS *et al*, 2001).

O gerenciamento dos gramados norte-americanos, cuja estética é obtida pelo uso de toneladas de produtos nocivos ao ambiente (incluem-se aí os milhões de litros de gasolina queimados nos cortadores de grama e as emissões poluentes derivadas) independe, como vimos, de uma suposta “consciência ambiental” de cidadãos mais educados.

Ademais, esse mito politicamente correto da “consciência ambiental” paradoxalmente, esconde um preconceito contra os mais pobres e com menos educação



formal. Por dedução, pobres teriam comportamentos ambientais mais inadequados devido ao menor acesso à informação.

Não somos “páginas em branco”. Na história evolutiva de nossa espécie, *tendências comportamentais* foram selecionadas, porque eram adaptativas. Sendo conciso, temos genes que transcrevem proteínas, às quais ativam determinados circuitos neuronais, deflagrando comportamentos, em decorrência de características do ambiente.

O antropólogo Donald Brown listou mais de 200 comportamentos universais (tabela 1), o que aponta claramente para uma base genética comum relativa a comportamentos existentes em todas as culturas humanas. A expressão “base genética” usualmente atrai a ira de setores acadêmicos e da sociedade civil. Para esses segmentos, é indefensável que nossos comportamentos sejam relacionados ao genoma, pois isso poderia municiar idéias e teorias racistas. Ironicamente, essa intolerância alimenta a fé cega no mito da tábula rasa.

Os crédulos desse mito, no entanto, parecem esquecer-se, ou talvez lhes seja conveniente olvidar que o ideário da tábula rasa inspirou horrendas experiências de “engenharia social”, como, por exemplo, aquela levada a cabo pelo genocida Pol Pot, no Camboja que resultou na morte de milhões de pessoas. Não por acaso, Pol Pot costumava dizer que “*só os bebês nascem puros...*”

Ao contrário: cada ser humano, um amálgama intrincado de biologia e cultura, cada um com capacidades distintas. Em qualquer sociedade haverá os mais e menos inteligentes, os mais extrovertidos, os mais capacitados para a política, os mais reflexivos, pendendo para a produção intelectual. Inexoravelmente, essas diferenças levarão à desigualdades na apropriação de bens e poder.

De fato, desigualdades econômicas são universais nas culturas humanas, como aponta Brown. Mas a *consciência* dessas desigualdades, e a *ânsia por equidade* também o são.

Tabela 1. Comportamentos humanos universais

Machos dominando a esfera política	Cuidados parentais dirigidos às crianças
Machos mais engajados em coalizões com propósitos violentos	Classificação, classificação de fauna e flora
Machos mais agressivos	Classificação de parentesco, espaço, sexo, ferramentas e condições climáticas
Machos mais propensos ao uso de violência	Coalizões

Fábio Angeoletto
Natália da Silva Martins



letal	
Machos mais propensos ao roubo	Música, narrativas, poesia
Machos viajando em média maiores distâncias ao longo da vida	Proibição do homicídio
Manipulação de relações sociais	Estupro; proibição do estupro
Crença no sobrenatural / religião	Preferência por filhos e parentes (nepotismo)
Capacidade de mensurar	Estética
Medicina	Planejamento
Mapas mentais	Fofoca
Cooperação	Conflitos, mediação de conflitos
Alteração do humor ou consciência através da ingestão de substâncias psicoativas	Propriedade
Sentimentos morais	Trocas recíprocas de trabalho, serviços, bens e favores sexuais
Reciprocidade negativa (vingança, retaliação)	Resistência ao abuso de poder
Preocupação com a imagem, perante outros	Atração sexual
Diferenças sexuais em cognição espacial e comportamento	Ciúme sexual
Treino para incrementar habilidades	Regulação sexual (inclusive prevenção do incesto)
Status como forma de distinção ante outros indivíduos	Desaprovação da avareza
Desigualdades econômicas	Consciência das desigualdades econômicas, ânsia por equidade

Fonte: BROWN, 1991; BROWN, 2000

Como se percebe, os comportamentos listados por Brown incluem uma mescla interessante de atitudes “nobres” (cooperação, por exemplo), com outros eticamente questionáveis, como o nepotismo. Um desses comportamentos, a busca por status, está mais diretamente correlacionada com a crise ambiental de nossos dias. O prestígio, seja materializado na forma de bens, de poder, de títulos ou honrarias, é evidentemente um trunfo importante ao seu detentor. Lhe permite a atração de parceiros, ou bem para propósitos sexuais, ou para a formação de coalizões para a conquista de metas.

De acordo com evidências corroboradas por estudos psicológicos, o bem estar de uma pessoa decorre das diferenças entre o que uma pessoa tem, e o que ela quer (aspirações), o que as outras pessoas possuem (comparação social), o que a pessoa tinha no passado (história), o que ela esperava ter no passado (desapontamentos), o que ela espera obter no futuro (esperança), o que ela merece (equidade), e o que ela precisa.



Quanto maiores forem as lacunas entre aspirações, comparações sociais, equidade e necessidades, menor será a sensação de bem estar (DODDS, 1997). Com a primazia absoluta do capitalismo sobre a humanidade, nosso senso de equidade, nossa necessidade de prestígio, e as comparações sociais que cotidianamente fazemos entre o que temos e o que os outros possuem, nos impelem a consumir.

Em larga medida, os impactos ambientais têm sua origem em nossas opções de consumo. E consumir é a forma mais direta de obtermos prestígio. Nesse sentido, um automóvel, por exemplo, não é apenas uma máquina que nos desloca entre distâncias. Se assim fosse, não haveria tanta diversidade de modelos e preços. É também um objeto e símbolo que conferem prestígio ao seu possuidor. *Surveys* realizados na Holanda, um país com excelentes sistemas de transporte público e redes de ciclovias, indicam que o status é o principal motivo para a aquisição de automóveis (MCCLINTOCK; CLEARY, 2000).

Roupas, adornos, viagens, mobília com um *design* exclusivo (que a distingue, portanto, dos móveis mais baratos) uma biblioteca repleta de títulos importados, se você é um intelectual. As opções são ilimitadas.

O mito da tábula rasa fomenta outros mitos, que também se refletem nos discursos do movimento ambientalista. Como exemplo, poderíamos citar a noção, bastante disseminada, da educação ambiental como um poderoso agente de mudança de comportamentos ambientalmente indesejáveis. Todos querem a preservação dos ecossistemas, mas quantos de nós estaríamos dispostos a diminuir, por exemplo, o uso do automóvel, em prol da natureza?

A resposta-padrão a esta pergunta é: “basta educar a população para um uso racional dos veículos”. Temos aí mais uma *vaca sagrada* da preservação ambiental: a idéia de que a educação ambiental é uma panacéia para todos os nossos dilemas ambientais. A multiplicidade e complexidade dos problemas relativos ao meio ambiente nos demonstra o pequeno raio de ação da educação ambiental como uma ferramenta verdadeiramente hábil para a resolução desses dilemas.

As inúmeras organizações não governamentais especializadas em educação ambiental, e que, em geral são financiadas por prefeituras ou por outras esferas governamentais, certamente são importantes para a resolução do problema de desemprego entre profissionais com nível universitário. Porém, ao reforçarem uma imagem falsa de



resolução de questões ambientais por parte dos poderes públicos, apenas contribuem para o agravamento dos problemas que dizem tentar solucionar. Que a educação seja uma ferramenta de mudanças, não se questiona. Mas atribuir a ela poderes tão amplos é ingenuidade ou má fé.

Ingenuidade de alguns profissionais que desconhecem a complexidade dos seres humanos: animais que são um amálgama de biologia e cultura, ao mesmo tempo altruístas e egoístas, solidários, mas igualmente tenazes na luta por sonhos, desejos e aspirações individuais. Má fé de poderes públicos que usam a educação ambiental como uma cortina de fumaça para ocultar a inércia na resolução de problemas impossíveis de ser equacionados somente com a democratização da informação.

A questão do tráfego urbano através de veículos privados é um exemplo de um dilema ambiental que jamais será resolvido com ações de educação ambiental. De fato, os proprietários de veículos sabem que suas máquinas poluem, mas eles simplesmente não estão dispostos a abrir mão de sua rotina baseada no automóvel (ANGEOLETTO, 2008).

Em uma análise estatística multivariada de componentes principais, realizada a partir de 127 diferentes estatísticas de caráter sócio-econômico e ambiental de 244 cidades brasileiras médias e grandes, descobrimos que as cidades com mais ações municipais de educação ambiental são as que mais provocam impactos ambientais, o que, *per se*, demonstra a inocuidade dessas ações (ANGEOLETTO; MORENO, 2009).

Outro mito corrente no movimento ambientalista é a *negação da cidade como uma parte da natureza*, o que DIEGUES (1996) classifica como *mito moderno da natureza intocada*, cuja origem remonta ao Éden da mitologia cristã. O conceito de natural / selvagem é fundamentalmente uma percepção urbana. Daí a dicotomia urbano / natural, sendo o “natural”, áreas que devem ser preservadas como templos intocáveis, segundo esse ideário (DIEGUES, 1996).

O ideário a que se refere Diegues transparece na análise feita por aquele autor em documentos do IBAMA dos anos 80. São documentos que propõem a retirada de populações tradicionais (como ribeirinhos, caiçaras e indígenas) das reservas ecológicas, ignorando que esses povos contribuíram para o aumento da biodiversidade dos sistemas que eles têm habitado há séculos (segundo OLIVEIRA, 1992, in DIEGUES, 1996 há vários estudos que apontam nesse sentido).

Fábio Angeoletto
Natália da Silva Martins



O ecólogo estadunidense Eugene ODUM (2001) desarma a separação cidade / natureza quando classifica a cidade como um ecossistema heterotrófico. Isso significa que, sob o prisma da Ecologia, as cidades estão para a natureza assim como estão as mais recônditas florestas tropicais.

As cidades são a maior expressão de nossa tendência – biológica – de vivermos em grupo. São, do ponto de vista ecológico, ecossistemas que demandam energia e materiais de outros sistemas ecológicos. Para satisfazermos nossas necessidades, perturbamos os demais sistemas. A realidade é simples. Como dizem os chineses, “é melhor ser bom em sua casa do que queimar incenso em um templo distante”. A “luta” ambientalista deveria estar centrada em tornar os ecossistemas urbanos mais equilibrados com seu entorno (ANGEOLETTO, 2008).

Entretanto, pouco se discute sobre as cidades, como se seus problemas não guardassem relação com a preservação do ambiente: seriam *problemas urbanos*; inerentes à urbanização, e não problemas ambientais (ANGEOLETTO, 2008-b). O cidadão comum partilha desse ideário: para ele, a natureza situa-se fora dos limites da cidade, natureza são as praias paradisíacas que o recebem nas férias, ou a mais inatingível floresta tropical, salva da *mácula* do urbano. Assim, no imaginário da sociedade brasileira a questão ambiental refere-se a problemas de uma ordem distante (a camada de ozônio, as chuvas ácidas, etc.) (RODRIGUES, 1998).

Essa percepção, que classifica a cidade e seu entorno como categorias antagônicas, pode ser explicada em parte pela ruptura dos estreitos vínculos e compromissos que unem os urbanitas ao meio ambiente. O cidadão, aparentemente, é independente em um nível sem precedentes da luz do dia, das estações do ano e das matérias primas autóctones, assim como de quase todos os ciclos naturais. É evidentemente uma independência ilusória. As cidades sobreviveriam poucos dias se o fluxo de matéria e energia vindo de outros ecossistemas cessasse.

Contudo, há outras explicações plausíveis para a desvinculação entre os habitantes das cidades e a natureza. Na história da relação das sociedades com a natureza quase sempre tem estado presente a idéia de que esta deva ser dominada para servir ao homem. A natureza é tida como recurso exterior ao homem, que é criado à imagem e semelhança de Deus, e, portanto, superior à natureza, que deve servi-lo (RODRIGUES, 1998).



O mito da cidade como a antítese da natureza persiste, embalado em discursos mais recentes – e mais sofisticados. Militantes ambientalistas, acadêmicos, planejadores e membros de instituições diversas dos poderes públicos têm advogado pela causa das *ciudades compactas*: cidades com menos área, concentrando um maior número de pessoas por km². Subjacente à profusão de estatísticas favoráveis à compactação urbana podemos vislumbrar o velho mito, repaginado: se não podemos nos livrar do *câncer* urbano (a metáfora do tumor para se referir às cidades é freqüente nesses discursos), ao menos o controlemos.

De fato, existem pelo mundo dados que atestam uma realidade perturbadora. O percentual de aumento de solo urbano nas cidades (conversão de solo ambientalmente relevante em ruas e infra-estrutura de cidades) tem crescido mais do que a população dessas cidades. Nos EUA, por exemplo, entre 1982 e 1997 o aumento foi de inaceitáveis 34% (GROVE, *et al* 2006). Em Barcelona, a ocupação urbana do solo sofreu um incremento de 130% entre 1973 e 1992, ao passo que a população cresceu apenas 16,7% (TERRADAS, 2001).

Um estudo comparativo entre 15 cidades européias de vários países revelou que em todas as cidades investigadas, a área construída cresceu mais do que a população. Os dados cobrem um intervalo de tempo de 50 anos e demonstram inequivocamente uma tendência de desenvolvimento de bairros residenciais menos densos (KASANKO, *et al*, 2006). Em Palermo, por exemplo, enquanto que a população cresceu 38,1%, a área construída cresceu 220%. Deste percentual, 79% se destinou a áreas residenciais, e 55% da urbanização ocorreu sobre áreas agrícolas.

Como um contraponto a essa gigantesca conversão de solos em áreas pavimentadas principalmente para o deslizar de nossos automóveis, o apoio político e acadêmico à idéia da compactação urbana têm sido entusiástico em algumas nações, como o Reino Unido.

HAUGHTON (1997), por exemplo, defende a cidade compacta como um antídoto à conversão de solo agrícola em solo urbano:

Cidades compactas podem conter menos natureza, uma vez que o solo é alocado mais parcimoniosamente para a urbanização, mas possivelmente cidades assim gerarão menos impactos ambientais externos, ao menos, se reduzirá a tomada de solo agrícola para o desenvolvimento urbano.



Na Inglaterra, depois de 10 anos de debates entre políticos, militantes ambientalistas e empresários do setor imobiliário, foi aprovada uma lei que determina que 60% do desenvolvimento de cidades inglesas há de ocorrer dentro de seus limites municipais. Em princípio, uma vitória contra a especulação imobiliária desenfreada.

Mas os partidários dessa solução raramente se perguntam se níveis elevados de adensamento urbano podem realmente ser alcançados (BREHENY, 1997). Cidades compactas significam maior densidade populacional. Criar mais moradias em menor área, através, por exemplo, de conjuntos de apartamentos, não é uma tarefa complexa, do ponto de vista de engenharia. Mas acomodar pessoas, animais com necessidades biológicas, sociais e culturais diversas, seguramente é muito mais complicado.

Surveys realizados nas principais cidades da Inglaterra atestam que, em se levando em consideração a opinião dos entrevistados, a compactação é uma solução profundamente impopular. Quanto mais compacto o bairro, menor é nível de satisfação com a moradia.

Em áreas de baixa densidade (menos de 5 pessoas/ha), 68% dos entrevistados estão muito satisfeitos com o entorno. Ao revés, em áreas de alta densidade (40 pessoas/ha ou mais) apenas 37% estavam muito satisfeito com o bairro (BREHENY, 1997).

Para 64% dos entrevistados nos *surveys* ingleses, uma casa com quintal é considerada muito importante, percentual que sobe para 80% no caso de famílias com crianças. Essas estatísticas demonstram um claro conflito entre os defensores de um maior adensamento urbano e os cidadãos, claramente inclinados a viver em espaços menos densos e mais descentralizados.

Medidas de compactação urbana são bem-vindas, mas ambientalistas, planejadores e políticos precisam ter em mente nossa condição animal. Seres humanos não possuem apenas uma história social, mas também uma história natural. A maior parte de nossa evolução aconteceu em espaços abertos, próximos a recursos como fontes de água, árvores frutíferas, sítios de caça. Elementos naturais em paisagens urbanas são obviamente apreciados, inclusive porque trazem diversidade visual, quebrando a monotonia do concreto.

Somos primatas, uma espécie social de comportamento gregário. Precisamos de algum nível de adensamento, mas também são necessárias paisagens que nos ofereçam

Fábio Angeoletto
Natália da Silva Martins



diversidade visual, que despertem a curiosidade intrínseca aos primatas. É perfeitamente compreensível que pais desejem casas com quintais para filhos que estão descobrindo o mundo. Evidências neurológicas indicam que crianças expostas a ambientes sensorialmente mais ricos apresentam um desenvolvimento cognitivo maior do que crianças confinadas em apartamentos (EHRLICH, 1974).

Entretanto, como é usual entre militantes ambientalistas, uma idéia transforma-se em panacéia. A realidade nos aponta um outro caminho: os méritos das cidades compactas são evidentes, mas a urbanização nesses termos deve ser submetida previamente a uma discussão desapassionada de prós e contras (ANGEOLETTO, 2008).

Não é possível, sem estudos similares, apontar que a preferência dos ingleses por residências em bairros menos adensados seja universal. Mas sem dúvida é uma hipótese interessante e bastante plausível. Quanto aos brasileiros, o que preferem? O que levam em conta as famílias ao decidir entre uma moradia adensada (apartamento) e uma que requer mais solo (casas com quintais)? São perguntas que cabem aos ecólogos urbanos responder. No Brasil, provavelmente a violência urbana generalizada seja um fator correlacionado positivamente à escolha por apartamentos.

Revistas científicas conceituadas como a *Cities, Landscape and Urban Planning* e *Urban Ecology* costumeiramente publicam artigos de autores favoráveis à compactação urbana. Para seus defensores, a expressão “cidade compacta” é praticamente um sinônimo de cidade sustentável. Mas esse ideário de planificação também tem críticos bastante incisivos.

A questão correta, segundo NEUMAN (2005), não é a respeito da suposta maior sustentabilidade das cidades compactas, mas que processos fazem as cidades mais ou menos sustentáveis. Usando de uma metáfora o autor afirma que não faz sentido perguntar se um corpo (a cidade) é sustentável, mas ao invés, se questionar se o ser que habita esse corpo (a população) vive de modo sustentável.

Os defensores da compactação urbana afirmam que essa medida diminui a circulação de veículos, e, portanto, a emissão de poluição. Certamente, a questão do transporte é um fator imprescindível a ser examinado e planejado se o objetivo é alcançar ecossistemas urbanos que perturbem menos a biosfera. As viagens intra-urbanas têm crescido velozmente nas últimas décadas.

No Reino Unido, por exemplo, o aumento, entre 1952 e 1996 foi de 227%, sendo a maior parte desse crescimento atribuído a deslocamentos feitos por automóveis



particulares. As distâncias percorridas por automóveis em 1996 eram em média 10 vezes maiores do que aquelas percorridas em 1952 (COOPER *et al*, 2001).

Entretanto, estudos realizados por Breheny, Burton e Jenks (2000, in NEUMAN, 2005) apontam que cidades mais densas podem reduzir deslocamentos curtos para atividades locais, mas que deslocamentos mais longos visando empregos especializados, consumo sofisticado ou formas de lazer não encontradas nos núcleos urbanos são independentes da densidade urbana. Os autores concluem que o crescimento do número de proprietários de automóveis, viagens aéreas de fim de semana, viagens a negócios e padrões de vida crescentemente dispersos tornam inúteis os esforços de racionalizar os deslocamentos através do *design* urbano.

De acordo com Hall (2001, in NEUMAN, 2005), que fez uma apurada revisão de estudos relacionando compactação à diminuição do consumo de petróleo, em âmbito mundial, deslocamentos urbanos estão muito mais ligados aos preços de combustíveis e a renda do que a densidade populacional. Para TERRADAS (2001), a discussão em torno de cidades compactas ou difusas está ultrapassada. Este autor prefere a expressão *Cidades Intensas*, para se referir à cidades que, independentemente de sua maior ou menor compactação, possuem padrões de consumo que implicam num tecnometabolismo elevado, com conseqüências ambientais globais.

Indubitavelmente, o mito mais comumente expresso dos discursos ambientalistas é o da *fragilidade da natureza*. Ora, na longa história da vida neste planeta, assistimos a pelo menos cinco episódios de extinção massiva da biodiversidade. No mais conhecido desses eventos, 75% das espécies do planeta extinguiram-se, inclusive os dinossauros. Atualmente, está em curso o 6º episódio de perda brutal de espécies, desta vez não pela queda de um asteróide, mas pelas conseqüências das alterações que temos provocado.

Em todos os cinco eventos anteriores a vida se recuperou, novas espécies evoluíram e ocuparam os espaços e funções deixadas por aquelas que se extinguiram. Portanto, quem corre perigo, os “frágeis”, somos nós. Como mui acertadamente se referiu a microbiologista Lynn Margulis a essa questão, “nenhuma cultura humana, a despeito de sua capacidade inventiva, pode matar a vida nesse planeta, mesmo que tente.” (MARGULIS, 2001)

A assertiva de Margulis nos remete para a ridícula arrogância de outro mito onipresente nos discursos ambientalistas, aquele que reserva aos seres humanos o papel de



curadores da natureza. Ora, ao longo de toda a história e pré-história, o avanço humano sobre o globo sempre coincidiu com a devastação ecológica.

A destruição do mundo natural não é consequência exclusiva do capitalismo global ou da industrialização. Desde a chegada do Homem ao Novo Mundo, por exemplo, (há aproximadamente 12 mil anos) houve uma implacável extinção de espécies nativas. Neste período, a América do Norte perdeu cerca de 70% dos seus grandes mamíferos, e a América do Sul, 80% (GRAY, 2006).

O acaso que marca a evolução de todas as espécies, nos brindou com uma capacidade cognitiva *sui generis*. Pensamento abstrato, planejamento e linguagem são frutos dessa cognição, o que nos permitiu drásticas modificações ambientais, ao sabor das contingências. Não obstante, é irônico que não sejamos tão aptos para lidar com as consequências dos câmbios que provocamos ao longo de milênios. De qualquer sorte, seria tolice (não fora impossível!) deixar a Biosfera aos cuidados de uma espécie extremamente rapace.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGEOLETTO, F. (2008) **Pelos Quintais de Sarandi: Ecologia Urbana e Planejamento Ambiental**. Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá. 183p. il. (cópia disponível para *download* em www.cch.uem.br/observatorio, link *Como anda a Região Metropolitana de Maringá*)

ANGEOLETTO, F.; MORENO, M.; PINHEIRO, P. G.; BARRASA, S. (2008-b) **Superando a Antítese Cidade/Natureza: Planejamento Ambiental dos Quintais de Pirajá**. *Cadernos do CEAS*, abril/junho de 2008, nº 230

ANGEOLETTO, F.; MORENO, M. (2009) **Tendencias Socioambientales de Ciudades Brasileñas**. In MENDES, C.M.; TÖWS, R. L. **Geografia Urbana e Temas Transversais**. Maringá: Editora da UEM.

BREHENY, M. (1997) **Urban compaction: feasible and acceptable?** *Cities*, Vol. 14, No. 4, pp. 209-217.

BROWN, D.E (1991). **Human Universals**. New York: McGraw-Hill.

BROWN, D.E. (2000) **Human universals and their implications**. In ROUGHLEY, N. (Ed.) **Being Humans: Anthropological Universality and Particularity in Transdisciplinary Perspectives**. Walter de Gruyter, New York.



COOPER, J.; RYLEY, T. SMYTH, A. (2001) **Contemporary lifestyles and the implications for sustainable development policy: Lessons from the UK's Most Car Dependent City, Belfast** *Cities*, Vol. 18, No. 2, pp. 103–113.

DODDS, S. (1997) **Economic Growth and Human Well-being**. In DIESENDORF, M; HAMILTON, C (editors). **Human Ecology, Human Economy**. Allen & Unwin, Australia, 1997, 380 p.

ERHLICH, P. R. (1974) **População, Recursos e Ambiente: Problemas de Ecologia Humana**. Ed. Polígono, São Paulo. FOSTER, J. B. (2000) *Marx's Ecology: Materialism and Nature*. Monthly Review Press, New York.

DIEGUES, A. C. (1996) **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. Ed. Hucitec. São Paulo, 169p.

GRAY, J. (2006) **Cachorros de Palha – Reflexões sobre Humanos e Outros Animais**. Editora Record, Rio de Janeiro. 255 p.

GROVE, J. M.; CADENASSO, M. L.; BURCH, W. R. (2006) **Data and Methods Comparing Social Structure and Vegetation Structure of Urban Neighborhoods in Baltimore, Maryland**. *Society and Natural Resources*. 19: 117-136.

HAUGHTON, G. (1997) **Developing sustainable urban development models**. *Cities*, Vol 14, nº 4, pp. 189-195.

KASANKO, M.; BARREDO, J. I.; LAVALLE, C. (2006) **Are European cities becoming dispersed? A comparative analysis of 15 European urban areas**. *Landscape and Urban Planning* 77, 111–130

MARGULIS, L. (2001) **O Planeta Simbiótico: Uma Nova Perspectiva da Evolução**. São Paulo: Editora Rocco, 140 p.

MCCLINTOCK, H.; CLEARY, J. (2000) **Global Focus on Planning for Cyclists: A report on the Velo-Mondial Conference, Amsterdam (19–23 June 2000)**. *Cities*, Vol. 17, No. 6, pp. 461-463.

NEUMAN, M. (2005) **The compact city fallacy**. *Journal of Planning Education and Research*, Vol. 25, nº 1, 11-26

ODUM, E. P. (2001) **Fundamentos de Ecologia**. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

PINKER, S. (2004). **Tábula Rasa. A Negação Contemporânea da Natureza Humana**. Companhia das Letras, São Paulo.

ROBBINS, P.; POLDERMAN, A.; BIRKENHOLTZ, T. (2001) **Lawns and Toxins: An Ecology of the City** *Cities*, Vol. 18, No. 6, 369–380.



RODRIGUES, A. M. (1998) **Produção e Consumo do e no Espaço - Problemática Ambiental Urbana**. Editora HUCITEC. São Paulo.

TERRADAS, J. (2001) **Ecología Urbana**. Rubes Editorial. Barcelona. 127 p. Il.